

**Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-financeiros dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com Sede no Rio Grande do Sul**

Mauren Corrêa dos Santos Benites<sup>1</sup>  
Jeferson Luís Lopes Goularte<sup>2</sup>

**Resumo**

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público evidenciam as situações orçamentária, financeira e patrimonial de uma entidade. Definiu-se como objetivo geral deste estudo analisar qual dos três Institutos Federais (IFs) com sede no Rio Grande do Sul apresentou os melhores indicadores relativos à execução econômico-financeira no exercício de 2015; e como objetivos específicos: identificar os indicadores da análise econômico-financeira, calcular os indicadores nas demonstrações contábeis e comparar os indicadores dos três IFs. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, descritiva, de abordagem quali-quantitativa. A técnica de coleta de dados é a pesquisa bibliográfica e documental. Os dados são analisados com a aplicação de indicadores econômico-financeiros nas demonstrações contábeis desses institutos. Verificou-se que, no grupo de liquidez, nenhum deles apresentou resultados satisfatórios, no grupo de atividade os melhores resultados são do IF Farroupilha e no grupo de endividamento os resultados são bons nos três. Pela análise dos indicadores de resultado, fica evidente que o IF Farroupilha e o IF Sul-rio-grandense descumpriram o princípio do equilíbrio orçamentário. Os indicadores oriundos das demonstrações da Lei 4.320/1964 refletem que, houve equilíbrio financeiro. Portanto, pela análise conjunta de todos os indicadores conclui-se que esses institutos tiveram situação econômico-financeira semelhante em 2015.

**Palavras-chave:** Institutos Federais. Indicadores econômico-financeiros. Análise dos indicadores.

**Comparative Analysis of Economic and Financial Indicators of the Federal Institutes of Education, Science and Technology Based in Rio Grande do Sul**

**Abstract**

The Financial Statements Applied to the Public Sector show the budgetary, financial and asset situation of an entity. was defined as a general objective of this study is to analyze which of the three Federal Institutes (IFs) based in Rio Grande do Sul presented the best indicators of the economic and financial performance in 2015 year; and as specific objectives: to identify the indicators of economic and financial analysis, calculate the indicators in the financial statements and compare the indicators of the three FIs. This study is characterized as a kind of applied research, descriptive of qualitative and quantitative approach. The data collection technique is the bibliographical and documentary research. The data are analyzed with the

---

<sup>1</sup> Especialista em Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Gestão Pública. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade da Região da Campanha. Contadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Campus Santana do Livramento, Av. Paul Harris, 410, Santana do Livramento – RS. Email: mauren.correa@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências de la Educación pela Universidad Nacional de Rosario. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade da Região da Campanha. Professor Adjunto na Universidade Federal do Pampa - Campus Santana do Livramento. Rua Barão do Triunfo, 1048, Santana do Livramento, RS. Email: jefersongoularte@unipampa.edu.br.

application of economic and financial indicators in the financial statements of these institutions. It was found that the liquidity group, none showed satisfactory results on the activity group the best results are the IF Farroupilha and debt group the results are good in all three. For the analysis of performance indicators, it is clear that the IF Farroupilha and IF South Rio Grande breached the principle of balanced budget. The indicators derived from the statements of Law 4,320 / 1964 reflect that there was financial stability. Therefore, the joint analysis of all indicators it is concluded that these institutions had similar economic and financial situation in 2015.

**Keywords:** Federal Institutes. Economic and financial indicators. Analysis of indicators.

## 1 Introdução

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) vem passando por muitas mudanças, principalmente nos últimos anos, devido a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), mediante a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), em 2008, e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em 2009.

Até antes dessas mudanças, o foco principal da contabilidade das entidades públicas no Brasil era o orçamento público. Com a edição das NBCASP, o objetivo da contabilidade aplicada ao setor público voltou-se para o patrimônio público. A escrituração contábil também passou por transformações com a introdução de um Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) que, de acordo com Feijó e Ribeiro (2014), teve a primeira estrutura como integrante da Parte IV da 2ª edição do MCASP e foi trazido pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 467/2009; o PCASP é padronizado para todos os entes da federação e permite a consolidação de contas a nível nacional, consolidação essa prevista no artigo 51 da Lei Complementar nº 101/2000 (Brasil, 2000).

Conforme o MCASP (Brasil, 2014) a Portaria STN 438/2012 atualizou a estrutura das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei 4.320/1964 e a NBC T 16.6 (R1) (CFC, 2008), definiu como demonstrações contábeis das entidades públicas: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas. A introdução das notas explicativas como demonstração contábil foi uma grande inovação, pois até então as mesmas eram consideradas somente como informações complementares aos balanços e demonstrativos contábeis.

Compreender todas essas demonstrações não é algo tão simples quando não se é contador ou quando não se tem conhecimento de contabilidade, pois são estruturas muito técnicas e complexas, por esse motivo afirma-se a importância da análise e interpretação das demonstrações contábeis com vistas a facilitar o entendimento, melhor evidenciação dos dados e auxiliar o gestor público na tomada de decisões.

No setor público, consoante Trevisan et al. (2009) não há indicadores padrões para análise das demonstrações contábeis, ao contrário da contabilidade privada, onde os indicadores são comuns e praticamente padronizados. Isso pode dever-se ao fato de haver poucas publicações relacionadas ao tema no Brasil o que dificulta a adoção de um método padrão.

Devido a ausência de indicadores padrões para o setor público, realizar a Análise em Corte Transversal que, de acordo com Gitman (2010) é a análise na qual se compara uma entidade com outra do mesmo setor, em um mesmo período de tempo, para verificar qual está melhor, pode ser considerada muito útil.

Seguindo a teoria daquele autor, surgiu a seguinte pergunta: qual dos três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com sede no Rio Grande do Sul apresentou os melhores indicadores relativos a execução econômico-financeira no exercício de 2015?

Para responder a esse questionamento, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar qual dos três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com sede no Rio Grande do Sul apresentou os melhores indicadores relativos a execução econômico-financeira no exercício de 2015.

Visando atingir a esse objetivo geral, foram definidos como objetivos específicos: identificar os indicadores da análise econômico-financeira, calcular os indicadores nas demonstrações contábeis e comparar os indicadores dos três Institutos Federais.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa. A técnica de coleta de dados é a pesquisa bibliográfica, em autores e legislação correlata, e documental, nas demonstrações contábeis dos IF Farroupilha, IF do Rio Grande do Sul e IF Sul-rio-grandense, no exercício de 2015, extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Os dados são analisados a partir da utilização de indicadores econômico-financeiros aplicados nas demonstrações contábeis desses Institutos Federais e a triangulação entre os dados e o aporte teórico.

Justifica-se o presente trabalho pela relevância do tema e pela intenção de contribuir para a ampliação das publicações relacionadas à análise de demonstrações contábeis de entidades públicas, pois quanto mais for difundida essa ideia de análise, maior será a chance de que sejam estabelecidos padrões de indicadores, como os já existentes nas empresas privadas. E o estabelecimento desses padrões facilitará com que cada vez mais entidades realizem suas análises e interpretações, possibilitando que se tenham informações suficientes para fins de comparação entre entidades do mesmo setor de atuação como, por exemplo, prefeituras, câmaras de vereadores e autarquias de ensino.

Também, o relatório de análise das demonstrações contábeis repassado ao gestor será bem mais relevante para ele, na tomada de decisões, do que somente dispor de diversos balanços, sem nenhuma explicação do que realmente significam aqueles dados. Assim sendo, pode-se afirmar que esse procedimento é importante, pois pode influenciar e contribuir para o processo de gestão.

O trabalho está estruturado da seguinte forma após a introdução: referencial teórico; posteriormente são identificados, na metodologia, o tipo de pesquisa, os objetivos, os procedimentos técnicos, a coleta e a análise dos dados; na sequência, os resultados são analisados e são apresentadas as considerações finais.

## **2 Referencial teórico**

Esta seção traz os conceitos de análise das demonstrações contábeis, evidenciando os tipos de análise que podem ser utilizadas no setor público.

### **2.1 Análise das Demonstrações Contábeis**

Para Oliveira et al. (2010), a análise das demonstrações contábeis objetiva confrontar os elementos patrimoniais com os resultados das operações, visando ao conhecimento de sua composição qualitativa e quantitativa, evidenciando os fatores que influenciaram na situação atual e, também, possibilita estimar o comportamento futuro da empresa/entidade. Essa interpretação dos elementos constantes das demonstrações contábeis é que transforma os dados em informação.

Consoante Mauss (2012), a análise pode ser considerada estática, quando somente um período é analisado, sem a comparação temporal, ou dinâmica, quando se compara, no mínimo, três anos para que se possa traçar a tendência futura da entidade.

A análise e interpretação dos balanços pode tornar-se uma importante ferramenta para a gestão de qualquer entidade. Em empresas privadas, para análise dos seus balanços, geralmente, são utilizados quocientes para evidenciação do grau de liquidez, endividamento, rentabilidade, entre outros. Mas, nas entidades públicas, faz-se necessário o uso de quocientes próprios, adaptados as suas necessidades (COELHO E QUINTANA, 2008).

São métodos de análise das demonstrações contábeis, de acordo com Mauss (2012): análise vertical, horizontal, dos indicadores econômicos e financeiros, e dos indicadores oriundos da Lei Federal nº 4.320/1964, mas neste estudo são abordadas apenas as análises dos indicadores econômicos e financeiros e dos oriundos da Lei Federal nº 4.320/1964.

### 2.1.1 Análise dos indicadores econômicos e financeiros

Mauss (2012) afirma que a análise dos indicadores econômicos e financeiros exprime seus resultados em diagnósticos que embasam a tomada de decisões. O autor divide esses indicadores em quatro grupos: de liquidez, de atividade, de endividamento e de resultado.

#### 2.1.1.1 Indicadores do grupo de liquidez

Conforme Gitman (2010), esses indicadores têm a função de verificar se a entidade conseguirá pagar suas obrigações e podem evidenciar, antecipadamente, problemas de fluxo de caixa e insolvência. E de acordo com Mauss (2012), esse grupo é composto pelos seguintes indicadores:

a) Capital circulante líquido: representa a sobra financeira em valor absoluto que a entidade teria se pagasse todas as dívidas de curto prazo. Quanto maior essa sobra, melhor. É calculado pela fórmula:

$$\text{CCL} = \text{ativo circulante} - \text{investimentos do RPPS} - \text{passivo circulante}$$

b) Indicador de liquidez corrente: reflete a capacidade da entidade em saldar suas obrigações de curto prazo. Quanto maior, melhor. É evidenciado pela fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$$

c) Indicador de liquidez seca: também mede a capacidade da entidade em saldar suas obrigações de curto prazo, mas retirando da fórmula a conta de estoques. Quanto maior, melhor. Seu cálculo é realizado mediante a seguinte fórmula:

$$\text{ILS} = \frac{\text{ativo circulante} - \text{estoques}}{\text{passivo circulante}}$$

d) Indicador de liquidez livre: demonstra a saúde financeira a curto prazo, porém retirando do cálculo as aplicações do RPPS e os estoques. Faz-se necessária a retirada do cálculo do valor das aplicações do RPPS devido a sua finalidade específica para cobertura de aposentadorias e pensões futuras. Quanto maior, melhor. Sua fórmula é:

$$\text{ILL} = \frac{\text{ativo circulante} - \text{estoques} - \text{aplicações do RPPS}}{\text{passivo circulante}}$$

e) Indicador de liquidez geral: evidencia a saúde financeira da entidade no longo prazo, pois abrange os valores a receber e a pagar no curto e longo prazos. Quanto maior, melhor. É calculado pela fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ativo circulante} + \text{ativo realizável a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo}}$$

### 2.1.1.2 Indicadores do grupo de atividade

Weston e Brigham (2000) conceituam que os indicadores de atividade refletem a eficiência da entidade na administração de seus ativos. Para Mauss (2012), são indicadores desse grupo:

a) Indicador de giro dos ativos permanentes: mede a eficiência da entidade no uso de suas instalações e equipamentos, mediante o confronto entre as receitas e os ativos não circulantes. Quanto maior, melhor. É calculado pela fórmula:

$$GAP = \frac{\text{receita orçamentária}}{\text{investimentos + imobilizado + intangível}}$$

b) Giro do ativo total: demonstra a eficiência do uso dos ativos, pela entidade, para geração de receitas. Quanto maior, melhor. Sua fórmula é:

$$GAT = \frac{\text{receita orçamentária}}{\text{ativo real total}}$$

c) Imobilização do patrimônio líquido: mede quanto do capital próprio foi usado para financiar os ativos permanentes da entidade. Quanto menor, melhor. É calculado pela seguinte fórmula:

$$IPL = \frac{\text{investimentos + imobilizado + intangível}}{\text{patrimônio líquido}}$$

### 2.1.1.3 Indicadores do grupo de endividamento

Conforme Lins e Filho (2012), esses indicadores visam comparar os elementos do passivo da empresa/entidade, com vistas a evidenciar a participação do capital de terceiros e de capital próprio no financiamento total de suas atividades. Mauss (2012) apresenta os seguintes indicadores como componentes desse grupo:

a) Indicador de endividamento geral: reflete a proporção dos ativos totais que é financiada pelos credores. Quanto mais alto esse indicador, maior é o volume de capital de terceiros utilizados no financiamento da entidade. Sua fórmula é:

$$IEG = \frac{\text{passivo exigível total}}{\text{ativo total}}$$

b) Indicador de garantia de capital de terceiros: identifica a dependência da entidade com relação aos capitais de terceiros e quanto do patrimônio líquido é necessário para saldar as dívidas da entidade. Quanto menor, melhor. É calculado pela fórmula:

$$IGCT = \frac{\text{passivo circulante + passivo exigível a longo prazo}}{\text{patrimônio líquido}}$$

c) Indicador de composição do endividamento: demonstra a composição do endividamento da entidade, se as dívidas são de curto ou longo prazo. Quanto menor, melhor. Sua fórmula é a seguinte:

$$ICE = \frac{\text{passivo circulante}}{\text{passivo circulante + passivo exigível a longo prazo}}$$

### 2.1.1.4 Indicadores do grupo de resultado

Weston e Brigham (2000) destacam que esses índices mostram a combinação dos efeitos da liquidez, da administração de ativos e da administração da dívida sobre os resultados da entidade. Para Mauss (2012) pertencem a esse grupo os seguintes indicadores:

a) Resultado patrimonial: demonstra a variação do patrimônio líquido no ano. Quanto maior, melhor. Sua fórmula de cálculo é:

$$RP = \frac{\text{variação patrimonial ativa}}{\text{variação patrimonial passiva}}$$

b) Resultado orçamentário: expressa a sobra de receita orçamentária em relação à despesa orçamentária do período. O ideal é que o resultado em valor absoluto seja zero e em valor relativo seja 1. Possui três fórmulas de cálculo:

$$RO = \text{receita orçamentária} - \text{despesa empenhada total}$$

$$RO = \frac{\text{resultado orçamentário}}{\text{receita orçamentária}}$$

$$\text{Relação entre receita e despesa} = \frac{\text{despesa orçamentária}}{\text{receita orçamentária}}$$

c) Margem bruta orçamentária: reflete a receita que resta após a dedução de todos os gastos totais liquidados. O ideal é que seja 1. Apresenta a seguinte fórmula de cálculo:

$$MBO = \frac{\text{receita orçamentária} - \text{despesa liquidada}}{\text{receita orçamentária total}}$$

d) Retorno do ativo total: a partir dos ativos disponíveis, demonstra o retorno do investimento ou a eficácia geral da administração na geração de resultados. Quanto mais alto, melhor. É calculado pela fórmula:

$$ROA = \frac{\text{resultado patrimonial}}{\text{ativo total}}$$

e) Retorno do capital próprio: expressa o retorno sobre o patrimônio líquido. Quanto mais alto, melhor. Sua fórmula é:

$$ROE = \frac{\text{resultado patrimonial}}{\text{patrimônio líquido}}$$

f) Retorno patrimonial: evidencia o quanto da receita orçamentária total foi transformada em resultado patrimonial. Quanto maior, melhor. É calculado pela fórmula:

$$\text{Retorno} = \frac{\text{resultado patrimonial}}{\text{receita orçamentária total}}$$

### 2.1.2 Indicadores oriundos das demonstrações da Lei Federal nº 4.320/1964

Para Mauss (2012), esses indicadores, baseados na estrutura das demonstrações exigidas pela Lei 4.320/1964, fornecem informações de natureza financeira. O autor enumera, para esse grupo, os seguintes indicadores:

a) Indicador de capacidade de geração total de poupança: mede a economia orçamentária de recursos correntes que podem ser utilizados em despesas de capital. Quanto maior, melhor. É calculado pela fórmula:

$$\text{Resultado corrente} = \frac{\text{receitas correntes} - \text{despesas correntes}}{\text{receitas correntes}}$$

b) Indicador da execução orçamentária de capital: reflete o grau de capitalização ou descapitalização da entidade. Sempre inferior a 1. Sua fórmula de cálculo é:

$$\text{Resultado de capital} = \frac{\text{receitas de capital}}{\text{despesas de capital}}$$

c) Indicador do resultado da execução financeira: demonstra o resultado total da execução financeira, considerando os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Seria considerado normal e correto um resultado igual a 1 ou pouco maior que isso. Sua fórmula é:

$$\text{Resultado financeiro do período} = \frac{\text{ingressos (orçamentários + extraorçamentários)}}{\text{dispêndios (orçamentários + extraorçamentários)}}$$

d) Indicador de resultado patrimonial acumulado total: demonstra o superávit ou déficit patrimonial acumulado total. Resultado maior que 1, há superávit; menor que 1, déficit. É calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Resultado patrimonial total} = \frac{\text{soma do ativo real total}}{\text{soma do passivo real total}}$$

Todos esses indicadores permitem que diversas análises sejam realizadas na entidade, e o ideal é que os eles sejam aplicados e analisados em conjunto, pois uma informação de determinado indicador sozinha pode ter um sentido, mas quando analisada no contexto geral, ter um sentido diferente. Da mesma forma, pode ocorrer de que alguns indicadores não possam ser calculados, devido a ausência de dados na entidade. Por esse motivo, antes de realizar a análise, é necessário verificar as demonstrações contábeis da entidade e selecionar os indicadores que serão utilizados.

### 3 Método

De acordo com Gil (2010) a pesquisa pode ser definida como um procedimento racional e sistemático que objetiva responder aos problemas propostos. Ela é desenvolvida mediante o emprego dos conhecimentos disponíveis e da aplicação de métodos e técnicas de investigação científica. São inúmeras as fases que compõem uma pesquisa, que vai desde a formulação do problema até a apresentação dos resultados.

Esse estudo é caracterizado como uma pesquisa de natureza aplicada e descritiva, que, consoante Diehl e Tatim (2004), é a que objetiva descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, busca estabelecer relações entre variáveis.

Quanto à abordagem do problema, é caracterizada como quantitativa e qualitativa. Para Diehl e Tatim (2004) a pesquisa é considerada quantitativa quando se utiliza da quantificação para a coleta e tratamento das informações mediante o emprego de técnicas estatísticas. Já a pesquisa qualitativa é aquela que procura descrever a complexidade do problema e a sua interação com certas variáveis.

A técnica de coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica, em diversos autores e na legislação correlata, e documental, nas demonstrações contábeis dos três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) com sede no Rio Grande do Sul, que são: IF Farroupilha (IFFar), IF do Rio Grande do Sul (IFRS) e IF Sul-rio-grandense (IFSul), no exercício de 2015, extraídas do SIAFI. A análise de apenas um exercício deve-se ao fato de, em 2015, ter sido o primeiro ano de implantação do PCASP pela União o que prejudicaria a comparabilidade com os demais exercícios anteriores nos quais o referido plano ainda não estava vigente. Devido a somente um exercício ter sido analisado, a análise é classificada como setorial, na qual são comparados os três IFs em estudo.

A pesquisa bibliográfica e a documental são semelhantes quanto ao delineamento, mas diferenciam-se quanto à natureza das fontes. Enquanto a bibliográfica utiliza-se de material elaborado por autores para públicos específicos, a documental baseia-se em todo tipo de documentos, elaborados com diversas finalidades (GIL, 2010).

Os IFs são autarquias federais vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica gratuita e foram criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Os IF Farroupilha, IFRS e IFSul possuem, respectivamente, onze, dezessete e quatorze campis, além das suas Reitorias sediadas, respectivamente, nas cidades de Santa Maria, Bento Gonçalves e Pelotas (IFFar, 2015; IFRS, 2015; IFSUL, 2015).

Os dados foram analisados através dos cálculos de indicadores econômico-financeiros nas demonstrações contábeis dos IFs, quais sejam: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrações dos Fluxos de RAGC, v.5, n.21, p.59-72/2017

Caixa, e a triangulação entre esses resultados e o aporte teórico, mediante a interpretação dos mesmos. Foram selecionados e utilizados, da obra do autor Mauss (2012), apenas os indicadores que se aplicavam às demonstrações contábeis dos Institutos, sendo que os mesmos estão referenciados nas subseções 2.1.1 e 2.1.2 deste artigo.

#### 4 Apresentação dos resultados

Por meio do cálculo dos indicadores nas demonstrações contábeis dos três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com sede no Rio Grande do Sul, chegou-se aos resultados a seguir apresentados. As fórmulas dos indicadores que envolviam a receita orçamentária foram alteradas e passaram a considerar também a conta de Variação Patrimonial Ativa (VPA) de Transferências Intragovernamentais e a conta de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) de Transferências Intragovernamentais, pois os recursos recebidos do orçamento federal não ingressam como receita orçamentária, mas como VPA de transferência; apenas as receitas que são arrecadadas pelos próprios institutos como, por exemplo, as receitas imobiliárias, é que são contabilizadas como receita orçamentária. Caso não fossem consideradas essas VPAs e VPDs nas fórmulas de cálculo, os resultados ficariam distorcidos.

Nas fórmulas que envolviam a despesa, com exceção do indicador da margem bruta orçamentária, foram consideradas as despesas empenhadas, em atendimento ao artigo 35 da Lei nº 4.320/1964 que considera como pertencente ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.

Tabela 1 – Indicadores do grupo de liquidez

Indicadores	IFFar	IFRS	IFSul
Capital circulante líquido	-8.648.758,90	-945.735,63	-285.771,95
Liquidez corrente	0,41	0,92	0,97
Liquidez seca	0,30	0,62	0,82
Liquidez Livre	0,30	0,62	0,82
Liquidez geral	0,41	0,92	0,97

Fonte: elaborado pelos autores

Na tabela 1 são apresentados os resultados dos cálculos dos indicadores pertencentes ao grupo de liquidez. Pode-se verificar que nos três IFs o capital circulante líquido é negativo, o que demonstra que o passivo circulante é maior que o ativo circulante. O valor mais significativo pode ser verificado no IFFar, nos outros essa diferença é bem menor, mas ainda assim reflete a ausência de recursos financeiros suficientes para pagamento de suas obrigações.

Com relação aos indicadores de liquidez corrente verifica-se, conforme já havia sido anteriormente relatado, que o capital circulante líquido das três entidades é negativo, pois os indicadores são inferiores a 1,00. Isso quer dizer que mesmo se as entidades somassem todos os seus bens e direitos de curto prazo, não teriam recursos para honrar suas obrigações de curto prazo. O pior índice é do IFFar que possuía somente R\$ 0,41 para cada R\$ 1,00 de compromissos de curto prazo, o IFRS possuía R\$ 0,92 de recursos e o IFSul R\$ 0,97.

Os indicadores de liquidez seca e livre tiveram os mesmos resultados devido aos IFs não possuírem aplicações do RPPS, o que influenciaria nos cálculos. Em ambos indicadores o valor dos estoques é retirado do total do ativo circulante, pois na administração pública geralmente não ocorrerá a venda dos estoques, portanto, não é possível a sua conversão em dinheiro. Constata-se que, com essa retirada, os índices ficaram ainda piores, deixando clara a falta de recursos financeiros por parte dos institutos analisados para pagamento de suas

obrigações de curto prazo. O IFSul é o que possuía maior capacidade de pagamento, R\$ 0,82 de recursos para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo, no IFRS e no IFFar esses recursos eram, respectivamente, R\$ 0,62 e R\$ 0,30.

A análise do indicador de liquidez corrente aplica-se ao indicador de liquidez geral, pois ambos apresentaram os mesmos resultados em virtude dos valores pouco significativos de ativo realizável a longo prazo e passível exigível a longo prazo nas três entidades, que acabaram por não interferir nos resultados dos cálculos.

Tabela 2 – Indicadores do grupo de atividade

Indicadores	IFFar	IFRS	IFSul
Giro dos ativos permanentes	1,39	1,27	1,36
Giro do ativo total	1,34	1,22	1,31
Imobilização do patrimônio líquido	1,06	1,00	1,00

Fonte: elaborado pelos autores

Os indicadores do grupo de atividade são apresentados na tabela 2. Com referência ao giro dos ativos permanentes, o IFFar tinha o melhor indicador entre os três institutos, evidenciando que a receita orçamentária e os recursos recebidos por transferências intragovernamentais da entidade conseguiam comprar 1,39 vezes os seus ativos permanentes, no IFSul esse poder de compra era de 1,36 vezes e no IFRS 1,27 vezes. Na fórmula original do giro dos ativos permanentes, constante na obra de Mauss (2012), constava que o valor do ativo realizável a longo prazo seria somado ao valor dos investimentos, imobilizado e intangível da entidade pois, naquela época, o realizável a longo prazo também era considerado um ativo permanente. Com a mudança no PCASP, esse ativo passou a ser classificado como não circulante, não sendo mais um permanente da entidade.

O indicador de giro do ativo total foi melhor no IFFar, onde as receitas orçamentárias e os recursos recebidos por transferências intragovernamentais podiam comprar 1,34 vezes todos os seus ativos; no IFRS e no IFSul esses mesmos recursos permitiam a compra, respectivamente, de 1,22 e 1,31 vezes os seus ativos.

Com relação à imobilização do patrimônio líquido, ficou evidente que, nos três institutos, todo o patrimônio líquido está imobilizado, sendo que no IFFar esse valor é superior ao PL, indicando que houve a contribuição de capitais de terceiros para a sua aquisição. No IFRS e no IFSul, esse o percentual de imobilização é de 100% e no IFFar, de 106%.

Tabela 3 – Indicadores do grupo de endividamento

Indicadores	IFFar	IFRS	IFSul
Endividamento geral	0,09	0,05	0,03
Garantia de capital de terceiros	0,10	0,05	0,04
Composição do endividamento	1,00	1,00	1,00

Fonte: elaborado pelos autores

Na tabela 3 são demonstrados os indicadores do grupo de endividamento. Os resultados do indicador de endividamento geral mostram que, em 2015, para cada R\$ 1,00 investido no ativo, R\$ 0,09 ou 9%, R\$ 0,05 ou 5% e R\$ 0,03 ou 3% foi realizado com dívida no IFFar, IFRS e IFSul, respectivamente.

O indicador da garantia de capital de terceiros é bom nas três entidades, pois demonstra que, para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, o IFFar, o IFRS e o IFSul possuíam, respectivamente, R\$ 0,10, R\$ 0,05 e R\$ 0,04 de dívidas totais.

Os três institutos detinham praticamente 100% de suas dívidas como de curto prazo, é o que pode ser constatado na análise do indicador da composição de endividamento. Somente

o IFRS possuía dívida de longo prazo, R\$ 2.619,60, mas que comparada ao total das obrigações é praticamente insignificante.

Tabela 4 – Indicadores do grupo de resultado

Indicadores	IFFar	IFRS	IFSul
Resultado patrimonial	1,01	1,03	1,20
Res. orçamentário Superávit orçamentário	-5.464.187,36	2.691.645,57	-576.297,44
Res. orçamentário Superávit indicador	-0,02	0,01	0,00
Res. Orçament. - Relação receita/despesa	1,02	0,99	1,00
Margem bruta orçamentária	0,06	0,08	0,05
Retorno do ativo total	0,02	0,05	0,32
Retorno do capital próprio	0,02	0,05	0,33
Retorno patrimonial	0,01	0,04	0,24

Fonte: elaborado pelos autores

Os indicadores do grupo de resultado são mostrados na tabela 4. O indicador do resultado patrimonial reflete que, para cada R\$ 1,00 de VPD o IFFar, IFRS e IFSul geraram, respectivamente, R\$ 1,01, R\$ 1,03 e R\$ 1,20 de VPA. O que fez com que o resultado patrimonial do período, nas três autarquias, fosse positivo.

Com relação ao resultado orçamentário há três fórmulas de cálculo, na primeira consideram-se as receitas orçamentárias e os recursos recebidos por transferências intragovernamentais menos as despesas empenhadas; pode-se verificar que, nas entidades analisadas, houve superávit orçamentário somente no IFRS, os demais institutos empenharam mais do que arrecadaram, refletindo num desequilíbrio orçamentário. Na segunda fórmula de cálculo é apresentado o quanto de economia orçamentária ocorreu, ou seja, o quanto deixou de ser empenhado em relação ao arrecadado, no IFRS a economia foi de R\$ 0,01 para cada R\$ 1,00 arrecadado, no IFFar e IFSul não houve economia, pois conforme já havia sido constatado anteriormente, a arrecadação foi inferior ao valor empenhado. O terceiro indicador mostra o contrário, o quanto foi empenhado em relação ao arrecadado, no IFFar 102% foi empenhado, no IFRS 99% e no IFSul 100%. Portanto, o único instituto que atendeu ao princípio do equilíbrio orçamentário foi o IFRS, pois o percentual do IFSul de 100% deve-se ao arredondamento no cálculo e, como já havia sido verificado, ele empenhou mais do que arrecadou.

A margem bruta orçamentária mostra quanto foi economizado no ano, pois considera a receita orçamentária em relação à despesa liquidada, já que os restos a pagar não processados não são considerados como dívida e ainda podem ser estornados. Verifica-se que no IFFar, no IFRS e no IFSul, para cada R\$ 1,00 arrecadado, a economia foi de R\$ 0,06, R\$ 0,08 e R\$ 0,05, respectivamente.

Pela análise do indicador do retorno do ativo total, constata-se que, para cada R\$ 1,00 investido em ativos, R\$ 0,02, R\$ 0,05 e R\$ 0,32 resultaram em superávit patrimonial e consequente aumento do patrimônio líquido, respectivamente, no IFFar, IFRS e IFSul.

Já o indicador de retorno do capital próprio mostra o quanto o resultado patrimonial do período contribuiu para o aumento do valor do patrimônio líquido. Verifica-se que, assim como no indicador anterior, o melhor índice é demonstrado pelo IFSul, sendo de 33%; no IFRS é 5% e no IFFar, 2%.

O indicador do retorno patrimonial evidencia que a receita arrecadada em 2015 aumentou em 1%, 4% e 24% o patrimônio líquido do IFFar, IFRS e IFSul, respectivamente.

Tabela 5 – Indicadores oriundos das demonstrações da Lei 4.320/1964

Indicadores	IFFar	IFRS	IFSul
Resultado da execução financeira	1,00	1,00	1,00
Resultado patrimonial acumulado total	11,03	20,92	29,41

Fonte: elaborado pelos autores

Os indicadores oriundos das demonstrações da Lei 4.320/1964 são demonstrados na tabela 5. Pode-se dizer que o resultado da execução financeira, que é calculado a partir do Balanço Financeiro, onde são analisados os ingressos e dispêndios, está dentro do esperado para o serviço público, pois mostra que, praticamente, para cada R\$ 1,00 de gastos realizados houve o ingresso de R\$ 1,00 de recursos financeiros.

A análise do indicador do resultado patrimonial acumulado total, que utiliza os dados do Balanço Patrimonial para seu cálculo, permite verificar que a soma de todos os ativos é suficiente para pagamento de todas as obrigações. O IFFar, IFRS e IFSul possuíam, para cada R\$ 1,00 de obrigações, respectivamente, R\$ 11,03, R\$ 20,92 e R\$ 29,41 em ativos.

Em se tratando dos índices do grupo de liquidez, todos os IFs obtiveram indicadores insatisfatórios, refletindo a ausência de disponibilidade financeira durante o exercício de 2015 para honrar suas obrigações. O que contraria o resultado positivo do indicador do resultado da execução financeira que demonstrou que para cada R\$ 1,00 gasto houve o ingresso de R\$ 1,00. Para melhor compreender essa incoerência, faz-se necessária a análise dos restos a pagar dos institutos no exercício de 2015.

Tabela 6 – Restos a pagar x disponibilidade financeira

	Restos a pagar processados e não processados inscritos em ex. anterior	Restos a pagar processados e não processados inscritos em 31.12.2014	Disponibilidade financeira em 31.12.2014	Pagamentos em 2015
IFFar	2.467.135,09	22.332.908,28	3.205.267,55	21.261.541,44
IFRS	5.449.998,96	35.809.051,19	4.538.615,53	32.541.337,89
IFSul	5.433.804,61	25.947.476,73	1.636.583,37	21.377.644,87

Fonte: elaborado pelos autores

Pela análise da tabela 6, pode-se verificar que os três institutos tiveram um valor muito significativo de restos a pagar processados e não processados inscritos nos exercícios anteriores sem disponibilidade financeira e que uma grande parte deles foi paga em 2015. Dessa forma justifica-se a ausência de liquidez nas autarquias, pois elas inscreveram restos a pagar em 31.12.2014 sem disponibilidade financeira suficiente o que fez com que os recursos que ingressaram no caixa, em 2015, tivessem que ser utilizados para pagamento desses restos e, como foi visto que, com exceção do IFRS, os IFs apresentaram desequilíbrio orçamentário, o que foi recebido durante o exercício não foi suficiente para honrar os compromissos nele assumidos e, com certeza, essas autarquias inscreveram, novamente, ao final do exercício analisado, um grande volume de restos a pagar sem disponibilidade financeira.

O indicador de capacidade de geração total de poupança, que considera as receitas e despesas correntes, e da execução orçamentária de capital, que considera as receitas e despesas de capital, não puderam ser calculados devido à ausência de maiores informações, pois a VPA e VPD de transferências intragovernamentais apresentadas na Demonstração das Variações Patrimoniais, não detalham o quanto dos valores recebidos pelos institutos são recursos correntes ou de capital. Acredita-se que, para fins de maior transparência, seria importante a segregação dessas VPA e VPD por categoria econômica, assim como ocorre com as receitas e despesas.

Na obra de Mauss (2012), não é exemplificado nenhum indicador para ser aplicado nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, mas pela análise das mesmas, pode-se verificar que as três autarquias, devido a sua natureza, não possuem atividades de financiamentos e que, em todas, as atividades de operações é que financiam as atividades de investimentos.

## 5 Considerações finais

Com vistas a responder ao questionamento de qual dos três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com sede no Rio Grande do Sul apresentou os melhores indicadores relativos à execução econômico-financeira no exercício de 2015, procurou-se analisar os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, as Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa dos IFs Farroupilha, do Rio Grande do Sul e Sul-rio-grandense no ano de 2015.

Os objetivos específicos do presente estudo foram atingidos, pois foram identificados os indicadores da análise econômico-financeira, foram calculados os indicadores nas demonstrações contábeis e foram comparados os indicadores dos três IFs. Com isso, atingiu-se ao objetivo geral que era analisar qual dos três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com sede no Rio Grande do Sul apresentou os melhores indicadores relativos à execução econômico-financeira no exercício de 2015, dessa forma respondendo, também, a questão de pesquisa.

Da análise verificou-se que, relativamente aos indicadores do grupo de resultado, os resultados apurados para os três institutos foram, em parte, satisfatórios, destacando-se o IFSul nos indicadores de resultado patrimonial, retorno do ativo total, do capital próprio e patrimonial. Nos demais indicadores deste grupo, os melhores resultados foram do IFRS.

No grupo de atividade, o IFFar mostrou maior capacidade de giro dos seus ativos permanente e total; no IFRS e IFSul os indicadores foram um pouco menores, mas igualmente satisfatórios. Já no indicador que reflete o quanto do capital próprio está imobilizado, os percentuais demonstraram a imobilização de todo o capital próprio das entidades e, no IFFar, como o percentual foi superior a 100%, concluiu-se que o mesmo utilizou-se de capitais de terceiros para a composição de seu permanente, o que não é bom.

Os indicadores oriundos da Lei nº 4.320/1964, calculados a partir dos Balanços Financeiro e Patrimonial, mostraram que houve equilíbrio na execução financeira nos institutos analisados e que a soma de todos os seus ativos é suficiente para o pagamento de todas as suas obrigações.

Com relação aos indicadores do grupo de endividamento, o IFSul apresentou os menores índices de endividamento geral e garantia de capital de terceiros, seguindo pelo IFRS e IFFar. Já a composição do endividamento deixou evidente que todas as dívidas dos institutos eram de curto prazo, com exceção do IFRS que tinha dívidas de longo prazo, mas em valor pouco relevante. O ideal seria que parte dessas dívidas fosse de longo prazo, para não comprometer tanto a execução econômico-financeira.

A inscrição dos restos a pagar no exercício de 2014 sem disponibilidade financeira e seu pagamento em 2015 comprometeram a execução econômico-financeira, pois os recursos que ingressaram, no exercício analisado, foram utilizados para pagamento desses restos, justificando, assim, os índices de liquidez insatisfatórios nos três institutos.

Para que os IFs em estudo voltem a apresentar uma liquidez satisfatória, é necessário que, já em 2016, eles empenhem menos do que arrecadem para puderem cumprir com as obrigações já existentes e não deixarem novas sem disponibilidade de recursos financeiros.

O que se constata com a análise desses indicadores é que os três IFs apresentaram situação econômico-financeira semelhante em 2015, tendo, cada um deles, um resultado mais satisfatório em determinado indicador e menos satisfatório em outro e, embora tenha sido

analisado apenas um exercício, o que de certa forma limitou a pesquisa, foi possível fazer algumas afirmações em relação a situação econômico-financeira dessas autarquias federais.

Esse estudo contribui para a evidenciação da situação atual dos IFs com sede no Rio Grande do Sul que devido, principalmente, a ausência de recebimento de recursos financeiros, estão vendo suas obrigações acumularem-se. Também contribui para uma maior compreensão do tema e enaltecimento da importância de todas as entidades, tanto privadas, quanto públicas, realizarem a análise de suas demonstrações contábeis, pois é essa análise que permite um melhor conhecimento da sua situação econômico-financeira e auxilia na tomada de decisões. Ainda, ele serve como uma fonte de pesquisa, em virtude da pouca quantidade de bibliografia relacionada ao assunto.

Futuramente, esse estudo pode e deve ser ampliado, incluindo a análise de mais exercícios financeiros visando, não só a comparação entre eles, mas também uma verificação do comportamento desses índices ao longo do tempo.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 17 mar. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 22 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 04 mai. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 22 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. – 6. ed. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/367031/CPU\\_MCASP\\_6edicao/05eea5ef-a99c-4f65-a042-077379e59deb](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/367031/CPU_MCASP_6edicao/05eea5ef-a99c-4f65-a042-077379e59deb)>. Acesso em: 02 mai. 2015.

COELHO, Daniela Miguel; QUINTANA, Alexandre Costa. Análise do desempenho econômico e financeiro de entidades da administração pública direta: o caso da Prefeitura Municipal do Rio Grande (RS). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1-15, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-09/index.php/uerj/article/viewFile/35/35>>. Acesso em: 22 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.133, de 21 de novembro de 2008**. Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2014/NBCT16.6\(R1\)](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCT16.6(R1))>. Acesso em: 14 nov. 2015.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo. **Entendendo o plano de contas aplicado ao setor público**. Brasília: Gestão Pública, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. Tradução de: Allan Vidigal Hastings. Revisão técnica de: Jean Jacques Salim. – 12. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Carta de serviços ao cidadão**. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2015216171844708carta2.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA (IFFar). **Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018**. Disponível em: <[http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20148309056884pdi\\_14\\_18pdf.pdf](http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20148309056884pdi_14_18pdf.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Carta ao cidadão**. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/carta-ao-cidadao>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

LINS, Luiz dos Santos; Filho, José Francisco. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis**: uma abordagem interativa. São Paulo: Atlas, 2012.

MAUSS, César Volnei. **Análise de demonstrações contábeis governamentais**: instrumento de suporte à gestão pública. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de et al. A análise das demonstrações contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômico e financeira das organizações. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <[http://www.facsoroque.br/novo/publicacoes/pdfs/ricardo\\_alessandro.pdf](http://www.facsoroque.br/novo/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2015.

TREVISAN, Ronie et al. Criação de um modelo de indicadores contábeis para avaliar a gestão financeira em prefeituras municipais. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 43, p. 24-34, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/83/83>>. Acesso em: 22 out. 2015.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.